

CONCURSO PÚBLICO

Prefeitura Municipal de Estreito - MA

Edital 001/2022



Gestor de Contratos – CPL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

01. Este CADERNO contém 50 questões objetivas.
02. Quando autorizado, examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.
03. A prova terá duração de 4 horas.
04. Cada questão apresenta 5 (cinco) alternativas, onde apenas UMA é correta.
05. Será ELIMINADO o candidato que estiver portando anotações, impressos, aparelhos eletrônicos etc.
06. Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.
07. O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início da prova. A saída antecipada poderá ocasionar sua eliminação.
08. O caderno de questões não poderá ser levado sob hipótese nenhuma, o mesmo será disponibilizado no site do IVIN.
09. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
10. Questões que o candidato julgar nula não deverão ser debatidas em sala de aplicação, devendo o candidato argumentar através do Portal do Candidato (recurso).
11. O candidato só receberá o CARTÃO-RESPOSTA após decorridos 50 min de prova.
12. Confira seus dados no cartão-resposta.
13. Não realize nenhum tipo de preenchimento no cartão, exceto as respostas.
14. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador e entregue o cartão-resposta e o caderno de questões devidamente preenchido e assinado.
15. O Cartão-Resposta só será substituído em caso de falha de impressão. O mesmo não poderá ser dobrado, amassado, rasgado ou danificado.
16. O uso do banheiro só será autorizado durante a prova, ao terminá-la, o candidato deverá deixar imediatamente o local de aplicação.

BOA PROVA!

Marcação **CORRETA** do Cartão Resposta:

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



IVIN
Instituto Vicente Nelson

Folha de **RASCUNHO** para anotação do gabarito

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	

ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

Em Terra de Cego

Nenhum ditado popular explica tão bem os problemas do Brasil e do mundo como “Em terra de cego quem tem um olho é rei”. Ele mostra por que existe tanta gente incompetente dirigindo nossas empresas e nossas instituições.

Mostra também por que é tão fácil chegar ao topo da pirâmide social sem muita visão ou competência. Basta ter um mínimo de conhecimento para sair pontificando soluções. Todo mundo palpita em economia e futebol como se fosse Ph.D. no assunto.

Se nossos técnicos de futebol tivessem ouvido os palpiteiros, jamais seríamos pentacampeões mundiais de futebol.

Por isso temos tantos acadêmicos para lá de arrogantes, que se acham predestinados a dirigir nossa vida com muita teoria e pouca informação. Existe um corolário desse ditado que me preocupa por suas consequências.

“Em terra de cego, quem tem um olho é rei, e quem tem dois olhos é muito malvisto.” Indivíduos inteligentes e capazes são encarados como uma enorme ameaça e precisam ser rapidamente eliminados pelos que estão no poder. Por essa razão, pessoas com mérito e competência dificilmente são promovidas no Brasil. Promovidos são os bajuladores e puxa-sacos.

Quando aparece alguém com dois olhos, os reizinhos tratam de eliminá-lo, quanto antes melhor. Já cansei de ver gente competente que, de um momento para o outro, deixou de ser ouvida pela diretoria.

Já vi muito jornalista que, de repente, caiu em desgraça. Já vi muito jovem comentar algo brilhante na aula e ser duramente criticado pelo professor, sem saber o motivo. Todos cometeram o erro fatal de mostrar que tinham dois olhos. Por favor, não deixe que isso aconteça com você.

Se você é dos milhares de brasileiros que possuem dois olhos, tome cuidado. Em terra de cego, você corre perigo. Nunca mostre a seu chefe, professor ou colega de trabalho os olhos que tem. Lamento não poder dar nenhum bom conselho, eu sou dos que tem um olho só. A maioria dos dois-olhos que conheço já desistiu de lutar e optou pelo anonimato.

Quando eles têm uma ideia brilhante, colocam a solução na mesa de seus chefes e deixam que a ideia seja descaradamente roubada.

Eles se fingem de mortos, pois sabem que, se agirem de modo diferente, poderão tornar-se vítimas. Mas há saídas melhores.

Se seu chefe tem um olho só, mude de emprego e procure companhias que valorizem o talento, que tenham critérios de avaliação claros e baseados em meritocracia. São poucas, mas elas existem e precisam ser prestigiadas. Ou, então, procure um chefe que tenha dois olhos e grude nele. Ele é o único que irá entendê-lo. Ajude-o a formar uma grande equipe. Se ele mudar de empresa, mude com ele.

Seja diferente, procure os melhores chefes para trabalhar, não as melhores companhias. Normalmente, as grandes empresas já são dominadas por reizinhos de um olho só. Por isso, considere criar um negócio com outros como você. Vocês terão sucesso garantido, pois vão concorrer com milhares de executivos e empresários de um olho só.

Nosso erro como nação é justamente não identificar aqueles que enxergam com dois olhos, para poder segui-los pelos caminhos que trilham.

Eles deveriam ser valorizados, e não perseguidos, como o são. O Brasil precisa desesperadamente de gente que pense de forma clara e coerente, gente que observe com os próprios olhos aquilo que está a sua volta, em vez de ler em livros que nem foram escritos neste país.

Se você for um desses, tenha mais coragem e lute. Junte-se a eles para combater essa mediocridade mundial que está por aí. Vocês não se encontram sozinhos. Nosso povo tem dois olhos, sim, e é muito mais esperto do que se imagina.

Ele está é sendo enganado há tempos, enganado por gente com um olho só. Foi-se o tempo de uma elite pensante comandar a massa ignara.

Hoje, a maioria do povo tem acesso à internet e a home pages com mais informação do que essa intelligentsia tinha quando fez seu doutorado. Se informação é poder, ela não é mais restrita a um pequeno grupo de bem formados. Nosso povo só precisa acreditar mais em si mesmo e perceber que cegos são os outros, aqueles com um olho só.

Disponível em: <https://blog.kanitz.com.br/terra-cego/>

Questão 01

Para o autor os problemas do Brasil e do mundo podem ser explicados:

- a) Por uma alegoria.
- b) Por uma política pública.
- c) Por um ditado popular.
- d) Pelo tipo de colonização.
- e) Pelo acultramento das nações.

Questão 02

O autor aponta metaforicamente nosso principal erro como nação através:

- a) De não identificar e seguir os que enxergam com dois olhos.
- b) De acompanhar e seguir os que possuem um olho só.
- c) De questionar de forma inteligente as bases do conhecimento intelectual.
- d) De valorizar os que enxergam com os dois olhos.
- e) De idealizar as pessoas que enxergam com os dois olhos.

Questão 03

Na opinião do articulista as pessoas que tem dois olhos no Brasil:

- a) São indignas.
- b) São recalçadas.
- c) São valorizadas.
- d) É maioria absoluta.
- e) São perseguidas.

Questão 04

“Foi-se o tempo de uma **elite pensante** comandar a massa ignara.” O termo em destaque se refere diretamente:

- a) Ao articulista.
- b) Ao público leitor.
- c) Aos intelectuais brasileiros.
- d) Aos políticos profissionais.
- e) À classe operária.

Questão 05

Na análise que faz o articulista, indivíduos inteligentes e capazes:

- a) Têm seu lugar consagrado.
- b) São encarados como uma enorme ameaça.
- c) Conquistam seu lugar com mérito.
- d) Obtêm rapidamente êxito.
- e) São identificados e seguidos por todos.

Questão 06

Segundo o autor a maioria dos dois olhos que ele conhece:

- a) Opta pela exposição pessoal.
- b) Está em boas companhias.
- c) Luta intrepidamente.
- d) Desistiu de lutar.
- e) Foge do anonimato.

Questão 07

Segundo o texto, a razão que explica pessoas com mérito e competência dificilmente serem promovidas no Brasil está na opção:

- a) Porque são malvistas.
- b) Porque se adéquam ao padrão oficial nas empresas.
- c) Porque não produzirão o que se espera delas.
- d) Porque misturam política com conhecimento.
- e) Porque têm conhecimento, mas não sabem verbalizá-lo.

Questão 08

No segmento do texto “Nenhum **ditado popular** explica...”, o termo em negrito pode ser substituído por todos abaixo, exceto:

- a) Adágio.
- b) Anexim.
- c) Provérbio.
- d) Máxima popular.
- e) Axioma.

Questão 09

“Todo mundo **palpita** em economia e futebol como se fosse Ph.D. no assunto.” Sobre o termo destacado só é verdadeiro o que se afirma em:

- a) Trata-se de uma forma verbal com transitividade indireta.
- b) É um verbo que não precisa de complemento.
- c) Tem como complemento o objeto direto “em economia”.
- d) O termo “futebol” desempenha a função de predicativo do objeto.
- e) “Em economia” é o advérbio que indica o modo como se deu a ação verbal.

Questão 10

Na frase “*Nosso povo só precisa acreditar mais em si mesmo e perceber que cegos são os outros*” é correto afirmar que:

- a) A conjunção “*mais*” possui valor adversativo.
- b) A palavra “*só*” é um termo morfologicamente sem função.
- c) Há orações coordenadas aditivas formando o período.
- d) O período é composto por subordinação.
- e) A palavra “*mesmo*” não constitui uma repetição desnecessária sintaticamente falando.

Questão 11

“*Se você for um desses, tenha mais coragem e lute.*” Sobre esta passagem do texto é correto afirmar que:

- a) Há uma constante interação, respectivamente, entre o leitor e o articulista através do uso de vocativos.
- b) A pontuação no trecho está inadequada, pois não se separa sujeito do verbo.
- c) “*For*” é uma forma verbal do verbo ir indicando deslocamento na mudança de estado.
- d) A primeira oração indica uma condição para que o fato declarado na segunda oração ocorra.
- e) As formas verbais “*tenha*” e “*lute*” estão no modo do infinitivo flexionado.

Questão 12

Passando a frase “Os bajuladores expulsaram a inteligência”, para a voz passiva analítica a nova redação será:

- a) Expulsou-se a inteligência.
- b) Os bajuladores expulsarão a inteligência.
- c) A inteligência foi expulsa pelos bajuladores.
- d) A Inteligência expulsou os bajuladores.
- e) A Inteligência é expulsa pelos bajuladores.

Questão 13

Em relação ao uso da crase, a frase inteiramente correta é:

- a) A maioria dos dois-olhos começou à chorar de raiva por não terem o reconhecimento que merecem.
- b) Se colocarmos cara à cara pessoas talentosas e pessoas míopes, a sociedade escolherá as últimas.
- c) Comandar à massa ignara era o ofício da elite pensante.
- d) Nem sempre quem tem um olho é rei, às vezes quem tem dois olhos torna-se uma divindade.
- e) A ignorância sempre observa à distância o que faz a inteligência.

Questão 14

“*Por essa razão, pessoas com mérito e competência dificilmente são promovidas no Brasil.*” A opção que contém a palavra acentuada pela mesma razão que a destacada no trecho é:

- a) Têm.
- b) Fácil.
- c) Alguém.
- d) Negócio.
- e) Acadêmicos.

Questão 15

“*Foi-se o tempo de uma elite pensante comandar a massa ignara.*” Nesta passagem do texto é correto afirmar que:

- a) Há um erro de concordância com o substantivo “*ignara*”.
- b) O termo que caracteriza “*massa*” deveria ser o advérbio “*ignaro*”.
- c) A oração é sem sujeito.
- d) A flexão do adjetivo “*ignara*” foi realizada para efeito de concordância com o substantivo “*massa*”.
- e) O pronome “*se*” é complemento verbal do verbo “*ir*”.

Legislação e Atualidades**Questões De 16 a 25****Questão 16**

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Enquanto aos atos privados se aplica o princípio da solenidade das formas, aos atos administrativos se aplica o princípio da liberdade das formas.
- b) O silêncio administrativo sempre implica em consentimento.
- c) Será considerada inválida a forma de um ato administrativo que não atender às disposições legais a ela aplicáveis.
- d) A forma é considerada um requisito discricionário do ato administrativo.
- e) Os gestos ou sinais visuais não são considerados formas válidas, de acordo com a lei.

Questão 17

Acerca do motivo e motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de motivo nos atos administrativos somente os torna nulo quando emanados em desacordo com a lei.
- b) A incompatibilidade lógica entre o motivo alegado e o objeto do ato não tem o poder de tornar o ato administrativo inválido.
- c) O motivo de direito é a situação hipotética prevista pelo legislador na norma que, quando ocorrida no mundo real, autoriza a prática do ato administrativo correspondente.
- d) Pela teoria dos motivos determinantes, um ato administrativo permanece válido mesmo que se comprove que a situação fática que deu motivo à sua prática não ocorreu de fato.
- e) Pela teoria dos motivos determinantes, caso demonstre-se que a situação fática que motivou a prática de um ato não existiu de fato, configurar-se-á vício de competência sobre o ato.

Questão 18

O dever da Administração Pública de fazer uso de equipamentos, técnicas e processos modernos na prestação dos serviços públicos reflete o requisito da:

- a) Regularidade.
- b) Continuidade.
- c) Segurança.
- d) Atualidade.
- e) Generalidade.

Questão 19

Se determinado servidor público é absolvido na esfera criminal por determinada conduta que não causou dano patrimonial à Administração, é correto dizer que:

- a) Continua podendo ser responsabilizado normalmente na esfera civil pelo mesmo fato.
- b) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente pelo mesmo fato.
- c) Poderá ser responsabilizado civilmente, desde que mediante processo administrativo adequado.
- d) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente, exceto se por autoridade hierarquicamente superior.
- e) Poderá ainda ser civilmente responsabilizado, mas desde que não ultrapasse os limites da sentença absolutória.

Questão 20

Observe os itens abaixo que descrevem algumas pessoas e, em seguida, assinale a alternativa que indica corretamente, de acordo com a legislação aplicável, quais delas são consideradas sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade:

- I. Mário, servidor público efetivo, lotado na Fundação das Águas de seu Município.
 - II. Garcia, Deputado Federal.
 - III. Lúcia, contratada da Secretaria de Finanças Municipal, para temporada de serviço de três meses.
 - IV. Joana, presta serviço em uma escola municipal sem remuneração.
- a) Apenas Mário e Garcia.
 - b) Apenas Joana e Lúcia.
 - c) Apenas Mário e Lúcia.
 - d) Lúcia, Garcia e Joana.
 - e) Mário, Garcia, Lúcia e Joana.

Questão 21

Acerca da ética aplicada ao serviço público, observe os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Mesmo em sua vida privada, o servidor deve observar em sua conduta a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais.

II. O servidor deve manter separação nítida entre sua vida pessoal e vida profissional, uma vez que a sua conduta particular não exerce influência sobre suas funções públicas.

III. O princípio da publicidade é também uma manifestação da moralidade administrativa, na medida em que torna pública a atuação administrativa, inibindo condutas antiéticas.

- a) Apenas I é verdadeiro.
- b) Apenas II é verdadeiro.
- c) Apenas I e II são verdadeiros.
- d) Apenas I e III são verdadeiros.
- e) I, II e III são verdadeiros.

Questão 22

Observe os itens abaixo sobre o Município de Estreito e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Após ser elevado à categoria de Vila em 1948, Estreito começou a ser chamado de Vila Paranaidji.

II. O Município de Estreito foi fundado por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa em 1835, após constatar a navegabilidade do rio e a beleza do lugar.

III. Estreito passou por duas emancipações ao longo de sua história, sendo a que segunda foi alcançada após o esforço liderado por Valmir Siebra Vilar, um vendedor de relógios que acabou se tornando o primeiro prefeito de Estreito após a segunda emancipação.

- a) Apenas I é verdadeiro.
- b) Apenas I e II são verdadeiros.
- c) Apenas I e III são verdadeiros.
- d) Apenas II e III são verdadeiros.
- e) I, II e III são verdadeiros.

Questão 23

A Matopiba, região formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sempre foi um destaque por sua força produtora, mas nos primeiros meses de 2022 também tem chamado atenção pela velocidade do desmatamento que a tem afetado. Acerca do tema, assinale abaixo a única alternativa incorreta:

- a) A Matopiba tem aproximadamente 73,1 milhões de hectares e produz cerca de 10% dos grãos e fibras do Brasil.
- b) A soja, o milho e o algodão são os grandes destaques da produção da Matopiba.
- c) De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, 23,6% do desmatamento em terras nacionais no ano de 2021 ocorreu dentro da Matopiba.
- d) A Matopiba engloba 337 Municípios e 32,77% de sua área pertence ao Maranhão.
- e) O bioma predominante na Matopiba é a mata de cocais.

Questão 24

A Agenda 2030 é um documento pelo qual o Brasil se propôs a alcançar dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável com a cooperação das Nações Unidas (ONU). Acerca da Agenda 2030, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Trabalho decente e crescimento econômico são um dos objetivos da Agenda 2030.
- b) Indústria, inovação e infraestrutura são um dos objetivos da Agenda 2030.
- c) De acordo com o documento, são considerados vivendo em extrema pobreza aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.
- d) O objetivo de “Educação de Qualidade” tem como meta garantir que todos os homens e mulheres tenham completado o ensino superior até 2030, com qualidade.
- e) O objetivo de “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” tem como meta um crescimento de, pelo menos, 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.

Questão 25

No dia 10 de agosto de 2022 a Secretaria de Saúde do Maranhão confirmou o primeiro caso de paciente com varíola dos macacos em São Luís, capital do Estado. Apesar da doença levar em seu nome a menção aos macacos, é correto dizer que:

- a) Os macacos são os animais considerados reservatórios do patógeno na natureza.
- b) Só os macacos transmitem a doença para os humanos.
- c) A contaminação de humanos ocorre pelo contato com qualquer macaco ou qualquer roedor.
- d) O macaco não tem nenhuma relação com o vírus Monkeypox, que é transmitido exclusivamente de roedores para humanos.
- e) No atual surto, não há nenhuma participação dos macacos na transmissão do Monkeypox para humanos, sendo que a doença só leva esse nome porque o vírus foi identificado pela primeira vez em 1958 em macacos de cativeiro na Dinamarca.

Conhecimentos Específicos**Questões De 26 a 50****Questão 26**

Simão possui uma empresa prestadora de serviços de transporte hidroviário de mercadorias entre alguns Municípios do seu Estado. De acordo com a legislação aplicável ao ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), assinale a alternativa correta:

- a) Não haverá, sobre a atividade desenvolvida pela empresa de Simão, incidência de ICMS, posto que já constitui fato gerador de outro imposto.
- b) Há incidência de ICMS sobre a atividade exercida pela empresa de Simão, de competência do Estado onde está sediada.
- c) Caso o serviço de transportes prestado pela empresa de Simão fosse interestadual, haveria incidência de ICMS. Sendo intermunicipal, porém, não há.
- d) Caso o serviço de transportes prestado pela empresa de Simão fosse de pessoas ou valores, haveria incidência de ICMS. Sendo apenas de mercadorias, porém, constitui fato gerador de outro imposto.
- e) Caso o serviço de transportes prestado pela empresa de Simão se desse por via rodoviária, haveria incidência de ICMS. Sendo, porém, por via hidroviária, não há.

Questão 27

Considere a seguinte situação hipotética: determinada empresa de transporte realizou um transporte de mobiliário escolar, saindo de Carmópolis, Sergipe, com destino a Araçagi, Paraíba. De acordo com a legislação aplicável ao ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), assinale a alternativa correta:

- a) Não ocorre, na situação narrada, fato gerador de ICMS.
- b) O momento da entrada da mercadoria no Estado da Paraíba foi quando, legalmente, ocorreu o fato gerador.
- c) O fato gerador da operação narrada se deu na contratação da empresa de transporte.
- d) O fato gerador do ICMS, na situação narrada, ocorreu em Carmópolis, Sergipe, no momento da saída da mercadoria.
- e) De acordo com o narrado, o fato gerador do ICMS se deu em Araçagi, Paraíba, no momento da chegada da mercadoria no destinatário.

Questão 28

Considere os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que informa, correta e respectivamente, o tipo de montante levado em consideração na base de cálculo do IRPJ (imposto sobre a renda da pessoa jurídica) de cada empresa mencionada:

- I. Asterisco Informática realizou sua declaração calculando o valor de suas receitas e deduzindo, em seguida, deste valor o que dispendeu no exercício de sua atividade, conforme a legislação autoriza a deduzir.
 - II. A contabilidade do Restaurante Mocotó procede à declaração de seu imposto de renda a partir da aplicação de um percentual sobre as receitas registradas.
 - III. O fisco informou à Churrascaria Mangueira que esta não se encontrava regular com as suas obrigações acessórias, desta forma, com base em estudos realizados nas legislações específicas, passaria a considerar um valor que determinaria como sendo o valor do seu lucro para efeito de fiscalização e cobrança do imposto correspondente.
- a) Lucro arbitrado; lucro presumido; lucro real.
 - b) Lucro presumido; lucro real; lucro arbitrado.
 - c) Lucro presumido; lucro arbitrado; lucro real.
 - d) Lucro real; lucro arbitrado; lucro presumido.
 - e) Lucro real; lucro presumido; lucro arbitrado.

Questão 29

Sobre a legislação aplicável ao IRPJ (imposto de renda sobre pessoas jurídicas), assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível, no caso do IRPJ, a atribuição da condição de responsável a outra pessoa que não seja o contribuinte.
- b) Diferentemente do que ocorre no IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ao IRPJ não pode ser atribuída alíquota progressiva, sob pena de infringir o princípio da equidade.
- c) Mesmo rendimentos de origens ilícitas estão sujeitos à incidência de imposto de renda.
- d) Estão isentos de imposto de renda apenas meios diversos de acréscimo patrimonial, como herança, doação e loteria.
- e) O imposto de renda submete-se, entre outros, ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Questão 30

Marco assinou contrato de adesão com uma empresa prestadora de internet. O contrato possuía, porém, algumas cláusulas que deixaram Marco confuso acerca do estabelecido entre as partes. Observe as cláusulas transcritas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I. *“A parte contratante renuncia, desde já, o direito ao usufruto do serviço de internet, referente à quantidade de dados não consumidos no período de bloqueio do serviço em virtude de inadimplência, ainda que quitado o valor posteriormente.”*
 - II. *“O contratante está, por meio deste instrumento, adquirindo o serviço de internet de 100 megabits por segundo, ao qual terá direito ao fornecimento mínimo de 90% desta velocidade.”*
 - III. *“O contratante não poderá reclamar perante a contratada pelo fornecimento de velocidade inferior a 70% do pacote contratado.”*
- a) Em contratos de adesão, a presença de cláusulas contraditórias as torna automaticamente nulas.
 - b) Em contratos de adesão, as cláusulas que estabelecem renúncia antecipada de direitos por parte do aderente somente valerão se constarem do texto de forma destacada, em fonte aumentada, de forma a dar claro conhecimento ao aderente.
 - c) Na presença de cláusulas ambíguas ou contraditórias, a interpretação a ser adotada será a mais favorável ao aderente. No caso mostrado, Marco continuará a ter direito ao fornecimento mínimo de 90% da velocidade da internet contratada, com o direito à reclamação preservado.
 - d) Cláusulas em contrato de adesão que estipulem renúncia antecipada de direitos decorrentes da natureza do contrato são anuláveis judicialmente.
 - e) Quando, em um contrato de adesão, constem cláusulas ambíguas ou abusivas, deve-se considerar a última do texto como válida, em virtude do princípio da sobreposição de direitos.

Questão 31

Simplício, morador de Codó, recebeu, em um semáforo de Caxias, um panfleto de publicidade da venda de lotes em um novo residencial na cidade de Timon. No anúncio constava o preço de R\$ 16.000,00, a partir da seguinte forma de pagamento: R\$ 1.600,00 como entrada, seguido de 72 parcelas de R\$ 200,00. Válido para os primeiros 50 lotes. Interessado, Simplício dirigiu-se imediatamente à imobiliária responsável pelo anúncio, também localizada em Caxias, e informou ao corretor que tinha interesse em uma unidade e que estava lá para assinar o contrato. O corretor, hesitante, disse que, devido à grande procura pelos lotes, a imobiliária percebeu que o valor tinha potencial para ser maior e que o havia alterado, por meio de aviso no seu mural, para R\$ 32.000,00, com entrada R\$ 3.200,00 e parcelas de R\$ 400,00. De acordo com a legislação aplicável à situação narrada, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A imobiliária está obrigada, pela proposta realizada por meio de oferta ao público, a manter as condições primeiramente anunciadas, dentro dos limites colocados, somente podendo revogar a oferta pela mesma via de divulgação, ou seja, panfletagem, uma vez que nenhuma ressalva sobre este direito de alteração havia sido informado no anúncio, além deste conter todos os requisitos essenciais ao contrato, sem ressalva de circunstâncias ou usos.
- b) Caso a proposta houvesse sido realizada direta e presencialmente a Simplício e este não a houvesse aceito de imediato, a imobiliária ficaria dela desobrigada.
- c) Caso Simplício celebre o contrato, este, legalmente, seria considerado celebrado em Caxias.
- d) Se a proposta houvesse sido realizada pela imobiliária por telefone a Simplício, seria considerada como realizada a pessoa ausente, aplicando-lhe todas as disposições legais concernentes a esta.
- e) Faltado-lhe um dos requisitos essenciais do contrato, a oferta ao público não será considerada legalmente equivalente a proposta, não obrigando o proponente.

Questão 32

Havendo duas partes capazes e idôneas celebrado entre si contrato, buscam agora entender quais das possibilidades abaixo seria uma via legal e possível para seu desfazimento. Assinale, portanto, a alternativa correta:

- a) A cláusula resolutiva, que conste expressamente do contrato, para ser efetivada depende de interpelação judicial.
- b) Se uma das partes tornar-se inadimplente, a outra poderá pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento, sem prejuízo do direito a perdas e danos em nenhum caso.
- c) Se um dos contratantes sofrer uma diminuição significativa de seu patrimônio, o outro pode exigir-lhe que apresente novas garantias ou satisfaça o que lhe compete, mas não poderá deixar de cumprir sua parte alegando receio daquele não adimplir o contrato em virtude da diminuição patrimonial.
- d) Em contratos bilaterais, o cumprimento das obrigações das partes são independentes uma da outra, pelo que nada impede que um contratante possa exigir do outro o cumprimento da sua parte do contrato.
- e) Em caso de um contrato de execução continuada sofrer alteração significativa na onerosidade para uma das partes, poderá o contrato ser modificado equitativamente ou resolvido, exceto se a onerosidade excessiva se deu em função de acontecimentos extraordinários ou imprevisíveis.

Questão 33

Cláudio doou ao seu sobrinho, Gaspar, um veículo como presente de casamento deste com Patrícia, filha de um amigo muito próximo de Cláudio. No contrato particular de doação, porém, Cláudio, além de ter expresso a condição do casamento, estabeleceu cláusula de reversão em favor de Tarcísio, pai de Gaspar. De acordo com a situação narrada a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Para ser válida, a doação somente pode ser realizada mediante escritura pública. Portanto, o contrato particular de Cláudio e Gaspar não possui eficácia jurídica.
- b) É válida a doação feita em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada, contudo não poderá ser exigida de volta se o casamento não se realizar.
- c) É válida a cláusula de reversão estabelecida por Cláudio sobre a doação feita a Gaspar em favor de Tarcísio.
- d) A cláusula de reversão é a disposição contratual de que, em caso de falecimento do donatário, o bem doado retornará ao patrimônio do doador.
- e) Em doações para casamento com certa e determinada pessoa, como é o caso narrado, o doador não sujeita-se mais à evicção, em nenhuma hipótese.

Questão 34

A Prefeitura de Torquadas instituiu, por meio de ato administrativo normativo, a restrição da altura dos prédios construídos na cidade a dez metros. Considerando o disposto na legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) A restrição imposta pela Prefeitura de Torquadas não poderá prosperar, uma vez que somente por lei podem ser instituídas limitações administrativas.
- b) Não obstante o poder da Administração de impor restrições ao patrimônio de particulares, as limitações administrativas geram, para o particular afetado, o direito à indenização.
- c) As ações indenizatórias decorrentes de limitações administrativas prescrevem em cinco anos.
- d) Diferentemente das outras formas de intervenção estatal na propriedade, as limitações administrativas têm fundamento no poder regulamentar e não na função social ou na singular satisfação do interesse público.
- e) Diferentemente das outras formas de intervenção estatal na propriedade, as limitações administrativas não representam um exercício regular do poder de polícia do Estado, mas sim exercício do poder de império.

Questão 35

Analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I. Não há distinção prática, doutrinária e legal entre a responsabilidade civil do Estado por danos causados em virtude de sua atuação e o sacrifício de direitos realizado pelo Poder Público.
 - II. Enquanto para a teoria da culpa individual a responsabilização do Estado dependia da identificação do agente público e da demonstração da sua culpa, para a teoria da culpa anônima, era necessário comprovar apenas que o serviço não funcionou, funcionou mal ou funcionou com atraso.
 - III. A teoria da responsabilidade objetiva, adotada no Brasil, dispensa a vítima de comprovar a culpa para legitimar seu direito a ser reparada pelos prejuízos sofridos com a atuação estatal.
- a) Apenas I é verdadeiro.
 - b) Apenas I e II são verdadeiros.
 - c) I, II e III são verdadeiros.
 - d) Apenas I e III são verdadeiros.
 - e) Apenas II e III são verdadeiros.

Questão 36

A noção de responsabilidade civil do Estado tem evoluído, distanciando-se cada vez mais das primitivas ideias de intangibilidade estatal. No cerne da responsabilidade civil atual, dois entendimentos têm se revelado fundamentais: a teoria do risco administrativo e o princípio da repartição dos encargos sociais. Acerca deste assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria do risco administrativo, diferentemente da teoria do risco integral, não admite causas excludentes do nexo causal por parte do Estado.
- b) O princípio da repartição dos encargos sociais representa uma ideia de oposição ao princípio da isonomia.
- c) A teoria do risco administrativo entende que o Estado assume, para si, os riscos da atividade administrativa, não cabendo, portanto, a distribuição de tais encargos à sociedade.
- d) Pelo princípio da repartição dos encargos sociais, cabe também à sociedade, beneficiada pela atividade administrativa, o ônus de ressarcir aos prejudicados por esta.
- e) A teoria do risco administrativo admite a possibilidade de responsabilização do Estado nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.

Questão 37

Irineu, taxista, dirigia-se a uma rua para buscar um cliente costumeiro. Sabedor que um certo trecho do caminho estava em obras há alguns meses, surpreendeu-se quando viu que as placas de interdição da via não estavam mais impedindo o trânsito. Prudente, ainda assim indagou de um funcionário da Prefeitura se a via estava mesmo liberada para trânsito, pelo que obteve como resposta que sim. Indo adiante, então, no asfalto novo, visando sair mais à frente, bem próximo à residência de seu cliente, Irineu tomou um grande susto quando viu seu veículo cair em uma galeria de escoamento de água de chuva cuja grade de proteção os funcionários da Prefeitura haviam esquecido de repor. Com um prejuízo de mais de 12 mil reais, Irineu agora procura se informar sobre como responsabilizar o Município pelos danos que sofreu. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Há, na situação narrada, responsabilidade do Município, pois tanto a ação quanto a omissão comprometem a conduta estatal.
- b) Pode-se dizer que Irineu sofreu lucro cessante, mas não dano emergente.
- c) De acordo com a situação narrada, a teoria que melhor explica o nexos de causalidade seria a teoria da equivalência das condições.
- d) A teoria da causalidade adequada, aplicada ao direito brasileiro e ao caso narrado, explica que somente haverá nexos de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido por Irineu se a omissão se deu de forma adequada, ou seja, se realmente cabia à Administração repor a grade à galeria.
- e) Pode-se dizer que a teoria da causalidade direta e imediata não é aceita no Brasil.

Questão 38

Machado, motorista de caminhão do Município de Tipoia, apressado para chegar ao local de descarga, decidiu atravessar o sinal vermelho de uma grande avenida, mas acabou atropelando Suzana quando esta atravessava a faixa de pedestre. Suzana sobreviveu, mas teve lesões graves em seu corpo, que a impediram de trabalhar por um longo período de tempo. De acordo com a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Para ser indenizada, Suzana deverá acionar o Município pela via judicial, uma vez que a via administrativa é inócua para esta solução.
- b) O Município, caso seja condenado a indenizar Suzana, poderia cobrar regressivamente de Machado o valor dispendido dos cofres públicos, o que deverá fazer pela via judicial.
- c) No caso de ser o Município condenado a indenizar Suzana, surgirá para ele o direito de cobrar regressivamente Machado pelo valor dispendido no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória de indenização.
- d) A cobrança regressiva do Município contra Machado é uma faculdade à qual ele poderá ou não lançar mão.
- e) Somente por dolo considera-se que um agente público pode causar danos ao Estado ou a terceiros.

Questão 39

O Município de Albendazol abriu licitação para aquisição de lote de medicamentos para suprir a demanda de seus hospitais e postos de saúde. Para garantir os interesses do Município, algumas disposições foram colocadas no edital de abertura, suscitando muitas críticas. Analise abaixo as disposições lançadas no edital de abertura da licitação de Albendazol e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. As empresas sediadas em Albendazol terão preferência às localizadas em outros Municípios, e estas preferirão às estrangeiras.

II. Em caso de empate, haverá preferência aos medicamentos produzidos no Brasil. Em seguida, àqueles produzidos por empresas brasileiras. E, por fim, caso necessário, aos produzidos por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no Brasil.

III. Esta licitação ocorrerá sob caráter sigiloso.

- a) Apenas I está de acordo com a legislação aplicável.
- b) Apenas II está de acordo com a legislação aplicável.
- c) Apenas III está de acordo com a legislação aplicável.
- d) Apenas I e II estão de acordo com a legislação aplicável.
- e) Apenas II e III estão de acordo com a legislação aplicável.

Questão 40

Considerando que a legislação determina que as licitações ocorram obedecendo à sequência do projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto executivo somente poderá ser executado após a conclusão e aprovação do projeto básico, assim como a execução das obras e serviços somente pode se dar com a conclusão e aprovação do projeto executivo.
- b) O projeto básico é obrigatório para a conclusão do procedimento licitatório, mas sem a aprovação do projeto executivo pela autoridade competente permanece vedada a abertura da licitação das obras e serviços.
- c) É lícito à Administração incluir no objeto da licitação a possibilidade de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou que ultrapassem as quantidades previstas no projeto básico ou executivo.
- d) É lícito a qualquer cidadão requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
- e) O desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar os seus elementos constitutivos com clareza é um dos elementos que devem constar obrigatoriamente do projeto executivo.

Questão 41

A Secretaria de Administração de determinado Município deseja abrir licitação para a aquisição de computadores para seus servidores, em razão da defasagem dos antigos. Assim, assinale a única alternativa que representa uma atitude incorreta do servidor responsável pela elaboração do edital de abertura da licitação:

- a) O edital deve ser elaborado com a máxima caracterização possível do objeto de compra, inclusive atendendo, se possível, ao princípio da padronização, ou seja, impondo compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho.
- b) O edital deve estabelecer, se possível, que a licitação será processada mediante sistema de registro de preços.
- c) Caso possua sistema de registro de preços à sua disposição, este não obriga a Administração a firmar seus contratos somente a partir dele.
- d) O sistema de registro de preços terá validade máxima de um ano.
- e) O Ministério Público é o legitimado a impugnar preço constante do quadro geral de preços em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Questão 42

O Município de Tenente Deodoro pretende construir um centro de atenção ao idoso em uma de suas periferias. A obra foi orçada em R\$ 1.500.940,00 (um milhão e novecentos e quarenta reais). De acordo com a situação narrada, assinale a alternativa que informa corretamente as modalidades de licitação possíveis para a contratação pretendida por Tenente Deodoro:

- a) Somente convite.
- b) Somente tomada de preços.
- c) Somente concorrência.
- d) Convite e tomada de preços.
- e) Tomada de Preços e concorrência.

Questão 43

Com vistas a construir um estádio de futebol, o Prefeito do Município de Jaboráçu convocou uma comissão para elaborar um edital que melhor atendesse aos interesses da Administração. Ou seja, percebendo o Prefeito que a obra custaria R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), o que não era possível para os cofres públicos naquele momento, determinou à comissão que dividisse a obra em dez etapas com o custo de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) cada. Assim, além de tornar o custeio mais cômodo, também proporcionaria a utilização da modalidade de tomada de preços em vez de concorrência, bem mais demorada e dispendiosa. De acordo com a legislação aplicável, considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Nada impede que a determinação do Prefeito seja atendida pela comissão, posto que constitui, de fato, uma solução eficaz e legal.
- b) O custo do valor da obra pretendida pelo Município a enquadraria na modalidade concorrência, o que impede a solução oferecida pelo Prefeito. Se fosse, porém, o caso de tomada de preços, nada impediria seu parcelamento para adoção da modalidade convite.
- c) A solução do Prefeito em parcelar a obra é vedada por se tratar de uma mesma obra e serviços da mesma natureza no mesmo local que podem ser realizados conjunta e concomitantemente.
- d) Ainda que as parcelas da obra fossem de natureza específica, podendo ser executadas por empresas de especialidade diversa da do executor da obra, ainda assim haveria impedimento legal à ordem do Prefeito.
- e) Para que esteja de acordo com a lei, o parcelamento da obra ordenado pelo Prefeito deve ocorrer com intervalo máximo de um ano entre as execuções de cada parcela, independente da mudança de modalidade de licitação operada.

Questão 44

Assinale a alternativa correta:

- a) Caso o Brasil entre em período de guerra ou grave perturbação da ordem, as licitações obrigatoriamente deverão ser processadas sob a modalidade de concorrência.
- b) A Secretaria de Assistência Social de determinado Município pretende construir uma obra pública na praça central da cidade visando promover a prática de exercícios dos idosos da região. A obra foi orçada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por isso a Secretaria está autorizada pela lei a dispensar a licitação.
- c) O Almoarifado Central de determinado Município foi autorizado a realizar a venda dos materiais de papelaria que não serão mais usados. Como o lote foi orçado em R\$ 17.590,00 (dezessete mil, quinhentos e noventa reais), haverá a obrigatoriedade de licitação, posto que ultrapassou o limite de dispensa para alienações.
- d) Atravessando, um ente da Federação, estado de emergência ou calamidade pública, ficarão imediatamente dispensadas todas as licitações de compras que se iniciarem a partir do decreto.
- e) As dispensas de licitação ficam suspensas no caso de intervenção da União no domínio econômico para a regulação de preços ou normalização de abastecimento.

Questão 45

Arthur, servidor público da Secretaria de Administração de Monsenhor Tabosa, lotado no setor de elaboração e gestão dos contratos, está encarregado de aprontar o novo contrato a ser celebrado pela Secretaria com uma construtora para a pavimentação de vias do Município. De acordo com a legislação aplicável, assinale a única alternativa que não informa corretamente uma cláusula obrigatória no contrato administrativo elaborado por Arthur:

- a) Deve constar no contrato os elementos característicos da obra a ser realizada pela contratada.
- b) O contrato deve constar uma cláusula em que informe o crédito pelo qual correrá a despesa, inclusive com a classificação funcional programática e da categoria econômica.
- c) As hipóteses de rescisão devem estar expressas no contrato.
- d) A qualificação civil completa dos responsáveis técnicos da contratada e da obra, para fins de identificação e cadastro administrativo, devem constar no instrumento.

- e) É obrigatório constar no contrato o dever da contratada de manter, durante a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada.

Questão 46

O Chefe do Setor de Jonas na Prefeitura de Rancho Fundo solicitou que ele se dirigisse ao centro comercial da cidade e comprasse alguns suprimentos de papelaria que estavam em falta no escritório, mas também já haviam esgotado no almoxarifado da Prefeitura. Jonas orçou as compras em R\$ 6.132,44 (seis mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos). De acordo com a legislação aplicável, é correto dizer que:

- a) As compras de Jonas poderão ser realizadas por meio de contrato verbal, já que haverá pronto pagamento o valor está dentro do limite legal, sendo feitas em regime de adiantamento.
- b) Contratos verbais com a Administração são nulos e de nenhum efeito.
- c) Jonas poderia realizar as compras por meio de contrato verbal caso o valor não ultrapasse o montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- d) A hipótese autoriza a dispensa da licitação, mas não há previsão legal para a realização de contratos verbais.
- e) Jonas poderá realizar as compras solicitadas por meio de contrato verbal preliminar, mas precisa formalizá-lo, ainda que posteriormente, por meio de contrato escrito em processo administrativo.

Questão 47

A Construtora Águia Ltda, contratada de determinado Município, ingressou com pedido judicial de falência recentemente, após a Administração atrasar por 100 (cem) dias os pagamentos referentes às parcelas das obras já entregues. O proprietário alega que, ainda assim, estaria disposto a manter o canteiro de obras ativo, se não fossem as tempestades que assolaram a região na atual estação chuvosa. De acordo com a legislação aplicável, assinale a única alternativa incorreta:

- a) O ingresso do pedido judicial de falência da Construtora Águia constitui motivo para rescisão do contrato com a Administração.
- b) Constitui motivo de rescisão do contrato da Construtora Águia o atraso, pela Administração, da realização dos pagamentos por tempo superior a 90 (noventa) dias, salvo se este atraso houvesse se dado em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- c) O atraso sofrido pela Construtora Águia a autorizava a suspender, caso quisesse, o cumprimento de suas obrigações até a normalização da situação.
- d) As tempestades somente representam motivo de rescisão contratual, como força maior, se comprovadamente forem impeditivas da execução do contrato.
- e) Caso haja a rescisão contratual, o motivo deverá ser formalizado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Questão 48

Determinada construtora sofreu rescisão do contrato que mantinha com uma Secretaria do Município de Jerônimo, onde está sediada, antes da obra ser concluída. Após a rescisão, percebeu que algumas consequências começaram a ocorrer. De acordo como a legislação aplicável, assinale a única alternativa que não apresenta corretamente uma das consequências possíveis e legais aplicáveis na situação narrada:

- a) A Administração Jeronimense poderá assumir imediatamente o objeto do contrato, no estado e local em que se encontrem, por ato da própria Administração.
- b) A Administração poderá executar contra a construtora as garantias contratuais, com vistas a ser ressarcida, inclusive dos valores das multas e indenizações a ela devidos.
- c) O Município de Jerônimo poderá, ainda, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
- d) As consequências aplicadas à construtora por decorrência da rescisão contratual não afastam a aplicação de sanções cabíveis e previstas em lei.
- e) A Administração Pública Jeronimense poderá, mediante autorização judicial, ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.

Questão 49

A Secretaria de Saúde do Município de Macaxeira pretende realizar o desfazimento de uma licitação realizada há um mês, cujo contrato já havia sido celebrado com o licitante vencedor. Sobre essa situação, de acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a) O desfazimento pretendido pela Secretaria não pode mais ser realizado, em razão de já ter precluído pela assinatura do contrato.
- b) O desfazimento pretendido pela Secretaria somente pode se dar por razões de interesse público.
- c) A Secretaria ainda poderá realizar o desfazimento pretendido, desde que o faça por anulação fundamentada em ilegalidade, ou seja, vícios no procedimento licitatório, o qual induzirá também a nulidade do contrato celebrado entre as partes.
- d) Caso o desfazimento pretendido tenha fundamento e avance, ele só poderá ocorrer sobre a integralidade do procedimento licitatório, sendo vedado o parcial.
- e) Uma vez que já celebrado o contrato, este torna-se independente do procedimento licitatório pelo princípio da independência dos instrumentos, não podendo mais ser afetado pelo desfazimento do primeiro.

Questão 50

A empresa de Dionísio está participando de uma licitação no Município de Boases. Pesquisando sobre seus potenciais concorrentes, concluiu que a única que poderia representar risco à sua vitória seria a empresa de Augusto. Assim, Dionísio procurou Augusto no dia seguinte ao da abertura do procedimento licitatório e ofereceu-lhe 60 mil reais em dinheiro para que desistisse e se afastasse da competição. Augusto hesitou, mas acabou aceitando e afastando-se da licitação. De acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa correta sobre a atitude de Dionísio e de Augusto:

- a) Se, em vez do oferecimento da vantagem, Dionísio houve empreendido grave ameaça contra Augusto ou fraude, haveria crime em sua conduta. Mas o mero oferecimento de vantagem, ainda que efetivado, constitui doação entre particulares, sem ofensa ao erário. Portanto, não é crime.
- b) Houve crime na conduta de Dionísio, mas é atípica a de Augusto.
- c) Houve crime na conduta de Augusto, mas a de Dionísio é atípica.
- d) Tanto Dionísio quanto Augusto cometeram crime punido com pena de detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa.
- e) Dionísio cometeu crime punido com pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e Augusto cometeu crime punido com multa no valor da vantagem auferida.